

Itaipu Binacional -Diretoria Financeira
Superintendência de Compras
A/c Órgão Regional de Compras de Foz do Iguaçu

Ref. Concorrência Binacional EF0297-20.

OFFICE TOTAL S.A, sociedade empresaria, constituída na forma de sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rua São Januário 485, Código de Endereçamento Postal número 20921-002 – São Cristóvão – na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ/MF sob o nº 00.845.661/0001-18, e-mail diretoria@officetotal.com.br, neste ato representada na forma de seu estatuto, vem por meio de seu bastante procurador Dr. Fábio Anderson de Freitas Pedro, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, seção Rio de Janeiro, sob o número 94.187, com endereço profissional no escritório na Rua São Januário 485, São Cristóvão, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, endereço eletrônico fabio.anderson@officetotal.com.br, com a acato e respeito à presença de V.Exa, apresentar **IMPUGNAÇÃO** a solução de Consulta ao Edital do Certame

DOS FATOS

Ab initio, a Impugnante tomou conhecimento da resposta ofertada por Itaipu Binacional aos termos da consulta formulada por um dos potenciais licitantes, que refere-se ao aditamento 01 de 04 de 12 de 20202, cujos os termos transcrevemos abaixo para impôs comentar

“PERGUNTA 1 “xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx é uma empresa que atua em várias localidades do Brasil, tendo inclusive uma filial/sucursal situada no Paraguai. Diante disso, servimo-nos do presente para perguntar se a empresa xxxxxxxxxxxx Matriz poderá formar consórcio com a xxxxxxxxx Paraguai

DS
FADFP

(filial/sucursal), para fins de participação da Concorrência Binacional EF 0297- 20?”

RESPOSTA Sim, o consórcio poderá ser constituído pela matriz no Brasil e pela filial no Paraguai, ou vice-versa.

Cumpre esclarecer que o edital determina de forma expressa a celebração de convênio entre empresas situadas no Brasil e no Paraguai, o que reflete os termos em condições do espírito de cooperação que vigora entre os povos.

Noutro giro, Itaipu estabelece em sede de resposta a possibilidade de um único grupo econômico, possa de forma isolada participar do certame. Observe que pelo princípio da unicidade matriz e filiais são assim tratadas por um aspecto meramente formal, entretanto correspondem a um todo, um único participante.

O Edital não estabeleceu que uma sociedade isoladamente poderia participar da licitação, por certo considerando a necessidade de diante da magnitude do projeto estabelecer o consórcio de empresas e a responsabilidade solidaria entre elas na realização do objeto do certame.

Caso fosse interesse de Itaipu poderia ter autorizado que uma única empresa transnacional viesse a compor o certame, podendo ou não se associar a outra empresa. Entretanto este não foi o caminho eleito por Itaipu, considerando a necessidade de buscar um maior número de participantes, e atendendo aos postulados de transparência e eticidade, que diuturnamente são observados por Itaipu.

Este caso, não é diferente. O edital do certame não pode e não deve inovar nas regras a serem observadas em igualdade de condições, sem que determinada linha de conduta promova uma distinção procedimental entre as licitantes.

As Licitantes devem cumprir aos termos e condições estabelecidos no edital, ao inovar a hermenêutica já deflagrado o início do certame, pode gerar um precedente perigoso, uma vez que empresas que não tenham a necessária musculatura empresarial que viabilize a construção de um sólido consórcio, possam buscar o caminho mais curto e mais fácil que é a constituição de uma filial no país vizinho. Com isto abandona-se a via segura para embarcar em um caminho tortuoso.

Ao **determinar** a celebração de um consórcio binacional, não é apenas uma composição societária simplificada, mas a junção de duas empresas que pudessem agir

DS

FADFP


de forma ritmada, e responder de forma solidaria aos termos e obrigações derivados do certame.

Desta forma, a construção de um consórcio deve efetivamente reunir diversidade de empresas, e não ser um simulacro de empresas distintas. A adoção de um consórcio entre uma matriz e filial na verdade de forma nua e crua, representar um único licitante, se a conjunção que emana do espírito do edital, a questão em efeito não é tão clara e evidente, senão sequer tal consulta seria formulada. Portanto não é mera aplicação dos textos legais de ambos os países ou decorrência das normas organizacionais de Itaipu. No caso em tela, representa uma hermenêutica que serve de atalho para empresas que não tem por objetivo formar um verdadeiro consórcio.

Com o respeito devido e costumeiro que se tributa aos diletos membros desta Binacional, requer a reconsideração da orientação emanada da solução de consulta, pois caso assim não ocorra, provavelmente os consórcios futuros deixarão de existir, pugnando empresas com ou sem condição de atender as licitações, mas de buscar êxito, embora não tenham a necessária robustez para cumprir seus certames.

Caso assim não fosse, seria mais singelo e transparente que simplesmente a licitação estivesse aberta a empresas oriundas do Brasil ou Paraguai, sem a imposição de consórcio. Pois ao estabelecer a possibilidade de consórcio de uma pessoa jurídica consigo, nada mais se faz do que permitir a participação isolada, sem quaisquer enfeites jurídicos que possam transparecer um consórcio binacional, sendo que em efeito representam uma única pessoa.

Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 2020

DocuSigned by:

1DDFEEB1FE5146F...
Fábio Anderson de Freitas Pedro
Advogado